



## Ministro Pepe Vargas pede a Renan prioridade ao Orçamento

O representante do governo e o presidente do Senado conversaram ontem sobre a agenda de votações do Congresso, que também envolve medidas do ajuste fiscal

O ministro de Relações Institucionais, Pepe Vargas, e o presidente do Senado, Renan Calheiros, encontraram-se em audiência ontem, quando trataram das votações no Congresso. Após a visita, questionado sobre a devolução da MP 669/2015, que reduz a desoneração de

empresas, o ministro afirmou que respeita os argumentos do senador: "Renan disse que é importante que o governo discuta mais as propostas antes de encaminhá-las". Segundo Pepe, o presidente do Senado sugeriu que o Executivo procure uma saída negociada para a correção da tabela do Imposto de Renda. **4**



Walidmir Barreto/Agência Senado

Pepe (D) disse que Renan voltou a ressaltar a importância de o governo debater as medidas com a base antes das votações

**Humberto anuncia compromisso de Dilma para debater propostas com aliados **5****

**Consumidor terá direito a dados sobre situação de carro comprado **3****

**CPI vai investigar alto índice de assassinatos de jovens no Brasil **6****

**Audiência debate mudanças em direitos trabalhista e previdenciário **7****

### Reforma política segue para nova sessão

Duas propostas de emenda à Constituição passaram ontem pela primeira das cinco sessões de discussão em Plenário exigidas antes da votação em primeiro turno. A PEC 73/2011 determina desincompatibilização do presidente da

República, do governador e do prefeito como condição para a candidatura eleitoral. A PEC 58/2013 eleva de 0,5% para 1% o percentual do eleitorado exigido para registro de novos partidos. Hoje haverá sessão extraordinária às 11h. **3**



Moreira Menezes/Agência Senado

Romero Jucá (2º à esq.) preside a sessão em Plenário, entre Magno Malta, Antonio Carlos Valladares e Omar Aziz

**Em Barcelona, Pinheiro propõe uso da internet para ampliar serviços **2****

**Vai a sanção pena para homicídio de mulher por razão de gênero **6****

**Delcídio voltará a presidir Comissão de Assuntos Econômicos **7****

### Três senadores tomam posse em comissões

Ana Amélia, Davi Alcolumbre e Romário foram eleitos ontem para presidir até 2016 as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, de Desenvolvimento Regional e de Educação, Cultura e Esporte. Eles anunciaram linhas de trabalho e prioridades. Outras três comissões haviam definido os presidentes na terça-feira. **8**



Gerardo Magela/Agência Senado



Edilson Rodrigues/Agência Senado



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Ana Amélia marca audiência sobre caminhoneiros, Alcolumbre pede liberação de recursos de fundos e Romário quer priorizar combate à desigualdade

# Pinheiro propõe ampliar serviços pela internet

Ao lado da delegação brasileira, que acompanha congresso mundial em Barcelona, senador apresentou projeto que visa promover o desenvolvimento socioeconômico massificando o acesso a novas tecnologias

O SENADOR WALTER Pinheiro (PT-BA) apresentou ontem no Congresso Mundial de Tecnologia Móvel (MWC 2015), em Barcelona, o Projeto Cidadão Inteligente. O objetivo da proposta é criar uma rede entre governo, pessoas e empresas no Brasil para ampliar a oferta de serviços à população.

— Num momento em que tanto se discutem as cidades inteligentes, ou *smart cities*, é preciso empoderar o cidadão digital, universalizando os instrumentos de acesso aos serviços, interligando a cidade digital, os cidadãos, os governos e as empresas — disse.

Segundo Pinheiro, o projeto visa massificar o fornecimento de bens e serviços das tecnologias da informação e da comunicação. O objetivo, disse o senador, é promover o desenvolvimento econômico

e social, com inclusão digital, em áreas de menor atração econômica.

— Com a capacitação da população e de servidores públicos para o domínio das tecnologias da informação e comunicação, conseguiremos, por meio da inovação, ampliar a autonomia tecnológica e a competitividade brasileiras.

Pinheiro aponta cinco eixos de ação para o projeto. O primeiro é a cidadania digital, com prestação de serviços do governo por meio da internet. O segundo trata do controle e gestão compartilhada de informações, em relação, por exemplo, a serviços de transporte e tráfego para garantir melhor mobilidade urbana.

O terceiro eixo se refere à sustentabilidade dos serviços do ponto de vista energético e o quarto, à integração entre eles. O senador explicou que

na área de segurança e defesa civil, os centros de controle poderão compartilhar infraestrutura e garantir comunicação direta com o cidadão. Saúde e educação são os pilares do quinto eixo.

Pinheiro lembrou que o país responde por 59% do comércio eletrônico da América Latina e que 85% dos brasileiros estão conectados com celulares. Por isso, defende que a tecnologia seja capaz de levar serviços de e-cidadania com bom preço e qualidade.

— A capacidade de realizar está associada ao desafio de levar ao cidadão os serviços. Ter banda larga sem conteúdo não resolve e levar conteúdo sem banda larga é impossível.

Organizado pela GSMA, a associação das principais operadoras de telefonia móvel do mundo, o MWC será concluído hoje.



Evento fez parte da programação especial do Mês da Mulher no Senado

## Empreendedorismo de mulheres é tema de encontro no Interlegis

Mulheres de diversos campos foram convidadas a falar sobre o empreendedorismo e a conciliação entre o trabalho e a rotina da casa no encontro Mulheres que Fazem Acon-

tecer. O evento, no auditório do Interlegis, foi organizado pela Secretaria de Políticas para Mulheres do DF, com o apoio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

## Petecão pede ajuda para cidades do Acre atingidas pelas cheias

Sérgio Petecão (PSD-AC), sugeriu ao governo que edite uma medida provisória liberando recursos para a reconstrução das cidades do Acre afetadas pelas cheias.



Moreira Matiz/Agência Senado

Segundo o senador, o Rio Acre sofre a pior cheia e há cidades quase totalmente alagadas, que vão precisar de recursos para restabelecer todos os serviços básicos das áreas de saúde, infraestrutura e desenvolvimento social.

Petecão pediu aos bancos oficiais que criem linhas de crédito para ajudar os pequenos agricultores e comerciantes. Ele defendeu ainda a concessão de uma ajuda diretamente aos cidadãos atingidos pelas cheias.

## Lídice da Mata sugere normas de recuperação do Rio São Francisco

Lídice da Mata (PSB-BA) defendeu o Projeto de Lei do Senado (PLS) 86/2015, de autoria dela, que institui normas para a revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Ela disse que está estudando outro projeto, que cria um corredor ecológico ao longo do rio, para preservar o ambiente e estimular o turismo.

A senadora cobrou mais vigor do governo na recuperação do São Francisco. Disse que o programa de revitalização do rio recebeu pouco investimento. Segundo ela, em 2010, dos R\$ 461 milhões previstos para a revitalização, apenas R\$ 415 milhões foram investidos. Já em 2014, foram investidos R\$ 136 milhões, quando o previsto era de R\$ 245 milhões.

Para ela, o programa ganha importância em um momento de crise hídrica no país.



Walter Pinheiro (E), ao lado de Ricardo Ferraço (2º à esq.), em debate no MWC: tecnologia deve estar a serviço do cidadão

## Ângela quer mais espaço para a mulher na política

Ângela Portela (PT-RR) defendeu o aprimoramento da legislação como forma de ampliar a participação da mulher na política. Ela é autora de projeto de lei, em tramitação no Senado, que prevê o preenchimento, pelos partidos políticos, de 50% das vagas nas eleições proporcionais por mulheres.



Jefferson Rudy/Agência Senado

O projeto prevê ainda que, nas campanhas eleitorais, o tempo de propaganda no rádio e na televisão sejam divididos igualmente entre homens e mulheres.

— E há necessidade, neste momento que se discute a reforma política, de reconhecer a importância de aprimorar, aperfeiçoar a democracia, possibilitando mudanças, aprimoramento na legislação, para que a gente possa ter a mulher sendo mais bem representada no poder do nosso país — disse a senadora.

## Medeiros critica ações do Ministério da Educação

José Medeiros (PPS-MT) disse que o Ministério da Educação deve rever sua atuação, como forma de fortalecer o ensino básico e favorecer as gerações futuras.



Genildo Mangal/Agência Senado

Nos últimos anos, disse, o MEC funcionou como “uma espécie de despachante institucional, carimbando e aplicando políticas desconexas e, muitas vezes, criadas fora do ambiente educacional”.

Entre os equívocos, Medeiros citou a obsessiva atenção ao ensino superior, as idas e vindas com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o vazamento do Enem e o atraso nos pagamentos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

— O Brasil necessita que o MEC seja régua e compasso para os que desejam promover mudanças que podem colocar o país na vanguarda do processo educativo — afirmou o senador.

**ADIAMENTO**  
Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 20h20 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

**AGENDA** A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

<p><b>PLENÁRIO Reforma política</b> 11h Sessão extraordinária para continuar o debate de duas PECs sobre reforma política: a 73/2011 e a 58/2013. Às 14h, sessão plenária para análise das propostas.</p> <p><b>PRESIDÊNCIA Ordem do dia</b> 16h Renan Calheiros preside a ordem do dia da sessão plenária.</p>	<p><b>CDH Direitos trabalhistas</b> 9h A Comissão de Direitos Humanos debate as MPs 664/2014 e 665/2014.</p> <p><b>QUINTAS FEMININAS Política inclusiva</b> 10h O Projeto Quintas Femininas, da Procuradoria Especial da Mulher, volta às atividades com a discussão do tema “Reforma política inclusiva”.</p>
---	--

**SESSÃO ON-LINE**

Confira a íntegra das sessões no <b>Plenário</b> : <a href="http://bit.ly/plenarioOnline">http://bit.ly/plenarioOnline</a>	Confira a íntegra das sessões nas <b>comissões</b> : <a href="http://bit.ly/comissoesOnline">http://bit.ly/comissoesOnline</a>
--	--

**TV SENADO**  
A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Avança no Senado discussão de propostas sobre reforma política

Plenário faz hoje segunda sessão de discussão das PECs sobre desincompatibilização dos chefes do Executivo e criação de novos partidos

DAS TRÊS PROPOSTAS de emenda à Constituição (PEC) que fazem parte da reforma política e que estavam na pauta do Plenário, duas avançaram ontem.

Foi discutida em primeiro turno a PEC 73/2011, que muda a Constituição para determinar a desincompatibilização do presidente da República, do governador e do prefeito como condição para a candidatura eleitoral. Também ocorreu a primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 58/2013, que eleva de 0,5% para 1% o percentual do eleitorado exigido para o registro de novos partidos políticos.

As propostas constam da pauta de hoje, que contará como segunda das cinco sessões de discussão exigidas antes da votação em primeiro turno. Haverá sessão extraor-



Senadores iniciaram ontem debate sobre as proposições, que devem ser analisadas em cinco sessões antes da votação

dinária às 11h, com votação nominal. Para ser aprovada, uma PEC precisa de votos de três quintos dos congressistas (49 dos 81 senadores e 308 dos 513 deputados).

Na terça-feira o Plenário do Senado aprovou a primeira proposta da pauta de votações da reforma política, tema considerado prioridade pelos líderes partidários neste início

de legislatura. O PLC 4/2015, que vai a sanção presidencial, restringe a possibilidade de fusão a partidos com pelo menos cinco anos de existência e dificulta a criação de partidos.

## Restrição a coligações em eleições proporcionais está na pauta

Também deverá ter tratamento prioritário a PEC 40/2011, que permite coligações partidárias em eleições majoritárias (para presidente, governador, senador e prefeito), mas veda o procedimento nas disputas de deputados federais e estaduais e vereadores. Primeira na ordem do dia, a proposta poderá ser votada

hoje em primeiro turno.

Para o líder do PT, Humberto Costa (PE), é importante que seja incluído na agenda do Plenário o financiamento das campanhas eleitorais.

— Se isso não for objeto de avaliação, não teremos feito muita coisa — diz.

Ele lembra que já estão prontos para votação dois

projetos que tratam do tema: o PLS 60/2012, que veda doações de pessoas jurídicas; e o PLS 268/2011, que institui o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais. Ambos foram aprovados na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e aguardam inclusão na ordem do dia.

Eunício Oliveira (CE), líder

do PMDB, considera que as votações das propostas da reforma política poderão ser concluídas até abril, atendendo a expectativa da população. Humberto concorda que a reforma seja prioridade do Congresso, mas diz que muitos parlamentares querem que as matérias sejam votadas em globo, e não de forma fatiada.

## Político que não serve ao povo não serve para ser político, diz Telmário

Ao destacar o lema da Campanha da Fraternidade deste ano, “Eu vim para servir”, Telmário Mota (PDT-RR) fez uma reflexão sobre o ato de servir e a política.

— O eleitor votou em nós acreditando que serviríamos à sociedade, e os eleitos não podem decepcionar os eleitores — disse o senador em Plenário ontem.

Ele explicou que os políticos podem servir bem à sociedade quando não enveredam pelo caminho da corrupção, quando aprovam leis que ajudam a melhorar a vida dos brasileiros e quando trabalham por melhores escolas, transporte público e hospitais.

— Político que não serve não serve para ser político. A sociedade espera, sem nenhuma dúvida, um político servindo à nação e ao nosso povo, e não envolvido em corrupção — afirmou.



Moreira Manz/Agência Senado

## Aloysio Nunes critica declarações de Jaques Wagner sobre Lava-Jato

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) classificou como inquietantes declarações recentes do ministro da Defesa, Jaques Wagner, sobre desdobramentos da Operação Lava-Jato. O ministro teria dito que o inquérito “tira a tranquilidade das instituições”.

Aloysio vê nos comentários um “espírito de facção” inadequado ao comportamento de um ministro da Defesa. O senador questionou se Jaques Wagner deseja a “normalidade da impunidade” em lugar das investigações e enfatizou que “quem não deve não teme”.

— As investigações tiram a tranquilidade dos que participaram dessa trama criminosa investigada pela Operação Lava-Jato. Quem está intranquilo? Aqueles que temem que as delações possam fazer com que esse lamaçal se aproxime cada vez mais dos altos dirigentes do país? — questionou.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Magno Malta condena atuação de juiz do caso Eike Baptista

Magno Malta (PR-ES) disse que a sociedade precisa respeitar os magistrados, mas não os que cometem erros. Ele se referiu ao juiz Flávio Roberto de Souza, responsável pelo julgamento de processo contra o empresário Eike Baptista. O juiz foi flagrado dirigindo um dos carros do empresário, apreendido pela Justiça.

— E aí ele é pego, é flagrado andando de carro importado. Como é o nome daquele carro? Porsche. Andando de Porsche. Depois de flagrado, o cidadão é tirado da função de confiança que lhe foi dada. Imagina um cidadão comum na mão de um juiz desse! A vida de um cidadão na mão de um juiz desse! — disse o senador.

Malta disse que esse mesmo juiz, que foi afastado do caso e que está agora de licença médica, já havia cometido abusos no Espírito Santo.



Moreira Manz/Agência Senado

## Blairo elogia ação da Polícia Rodoviária na greve de caminhoneiros

Blairo Maggi (PR-MT) parabenizou a atuação da Polícia Rodoviária Federal (PRF) nas manifestações dos caminhoneiros. Ele disse que, apesar das dificuldades, como o baixo efetivo, os policiais garantiram tanto o direito dos manifestantes quanto o direito de ir e vir das pessoas.

O senador destacou a firmeza da PRF e disse que a força foi usada com moderação.

— As ações da polícia garantiram que os produtos, como gêneros alimentícios e combustíveis, chegassem aos seus destinos, prevenindo o desabastecimento e evitando o aumento de preços em decorrência da escassez dos produtos — avaliou.

Blairo aproveitou para defender a contratação de mais policiais rodoviários federais. Ele disse que em Mato Grosso apenas 362 deles atuam na segurança dos 4 mil quilômetros de rodovias federais no estado.



Moreira Manz/Agência Senado

## Ana Amélia pede ao governo solução para crise dos motoristas

Ana Amélia (PP-RS) cobrou do governo federal solução para colocar um ponto final na crise dos caminhoneiros. Ela disse que a categoria decidiu dar uma pausa no movimento até 10 de março. A expectativa da senadora é de que, nesse período, se chegue a um acordo, uma vez que os prejuízos são de toda ordem. Estimativas revelam que a economia gaúcha teve perdas de R\$ 4,6 bilhões, relatou.

Ela ressaltou que algumas reivindicações foram atendidas, como a sanção da Lei dos Caminhoneiros, mas lembrou que a categoria ainda reivindica o aumento do valor do frete e a redução do preço dos pedágios e dos combustíveis.

— A queixa do aumento do combustível não é só do caminhoneiro. É também do cidadão que, com sua moto, vai botar um litro de gasolina. Qualquer um tem a mesma reclamação.

Ela frisou que a greve mostra a grande dependência do país com o transporte rodoviário.

## Empresas terão de informar situação de veículos vendidos

Empresas que vendem automóveis e motocicletas novos ou usados serão obrigadas a informar ao comprador a situação de regularidade dos veículos e os tributos incidentes na transação. A proposta foi aprovada no Plenário do Senado ontem e segue agora para sanção presidencial.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 49/2014 determina que, no contrato de compra e venda, constem informações sobre furto, multas, débitos ou qualquer outro registro que limite ou impeça a circulação do veículo. O comprador também precisa ser informado sobre a situação do veículo junto às autoridades policiais, de trânsito e fazendária — para caso de furto, multas e taxas vencidas ou impostos sem pagamento, por exemplo.

Os empresários que descumprirem as regras terão de arcar com o pagamento dos tributos, taxas e multas incidentes sobre o veículo até a data de aquisição do bem pelo consumidor. No caso de veículo roubado, o comprador terá seus gastos restituídos integralmente pela empresa.

Presidente do Senado pediu a ministro de Relações Institucionais que governo negocie com o Congresso uma saída para o reajuste do Imposto de Renda, vetado por Dilma

## Renan e Pepe debatem veto, Orçamento e ajuste

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o ministro de Relações Institucionais, Pepe Vargas, em audiência na Presidência da Casa. Ao sair do encontro, o ministro disse que o principal tema foi a agenda de votações do Congresso, em especial os vetos presidenciais e o Orçamento de 2015 (PLN 13/2014).

— Temos interesse de que se vote logo a lei orçamentária para que a execução orçamentária possa entrar numa normalidade maior. Também discutimos o encaminhamento dos vetos. O presidente Renan colocou sua visão de que seria importante o governo encontrar uma saída negociada em torno do veto da correção do Imposto de Renda — disse o ministro.

O Veto 4/2015 modificou 213 dispositivos do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 18/2014 (resultante da MP 656/2014). A medida provisória foi editada para estimular o crédito e prorrogar isenções tributárias. Durante a tramitação, os parlamentares incluíram a atualização dos valores da tabela do Imposto de Renda em 6,5%. O governo foi con-

tra o aumento em percentual maior que o defendido pela equipe econômica, de 4,5%.

De acordo com Pepe, a sugestão de Renan de o governo “construir uma saída negociada com as duas Casas” será trabalhada nos próximos dias.

Questionado sobre a devolução, pelo presidente do Senado, na terça-feira, da MP 669/2015, que aumentaria impostos, o ministro afirmou que o governo respeita os argumentos de Renan:

— Renan disse que é importante que o governo discuta mais as propostas antes de encaminhá-las e chame os partidos que compõem a base para discutir essas propostas antes de enviá-las.

Pepe Vargas afirmou também que o mesmo texto da MP foi enviado pelo Executivo na forma de projeto de lei com urgência constitucional.

— É importante dizer que a desoneração foi feita lá atrás e que tem impacto de R\$ 25 bilhões por ano. Nós não estamos acabando com a desoneração, só estamos reduzindo o impacto da desoneração e ainda assim ficarão em torno de R\$ 12 bilhões desonerados.



Renan recebe Pepe Vargas (E) para conversa sobre projetos de interesse do governo em tramitação no Senado

### Correção do Imposto de Renda tranca pauta do Congresso

O Veto 4/2015, que veda a atualização da tabela do Imposto de Renda, passou a trancar a pauta do Congresso ontem. Além dele, impedem a votação de outras matérias os Vetos 31 a 36 de 2014 e os Vetos 1 a 3 de 2015. A exceção é o projeto de resolução que regulamenta a cédula eletrônica para análise de vetos presidenciais (PRN 1/2015), que já teve a discussão iniciada.

Além do PRN 1/2015, estava prevista para terça a votação de quatro vetos e do projeto

da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015. Mas, por falta de acordo, a sessão foi cancelada. Uma nova reunião deverá ser convocada para a próxima semana.

— É óbvio que é importante para o país que o Orçamento seja votado logo, mas eu creio que o mais importante nesse momento é que possamos votar esses vetos e construir algumas propostas no que diz respeito à tabela do Imposto de Renda — avaliou o líder do PT, Humberto Costa (PE).

Entre os outros vetos que trancam a pauta, está o 31/2014, apresentado ao PLC 150/2009. O projeto determina que a duração da jornada de trabalho dos psicólogos e a definição do percentual de remuneração extraordinária devem ser fixados por instrumento coletivo de trabalho.

Também está na lista o Veto 34/2014, que impediu que o PLS 161/2009 reduzisse a contribuição previdenciária para patrões e empregados domésticos.

## Serra critica economia brasileira e traça histórico da crise

Em Plenário, José Serra (PSDB-SP) avaliou negativamente a política econômica do país. Na opinião do senador, a economia brasileira está “de joelhos” diante do mundo. Ele disse nunca ter visto o

Brasil atravessar uma crise tão acentuada e de tão difícil solução, situação que atribuiu principalmente a falhas na condução da economia na última década e meia.

Para Serra, a crise é fruto do

segundo período do governo Lula. O senador disse que a gestão de Lula, apesar de registrar boom do comércio exterior e entrada de capital estrangeiro, foi marcada por um consumo que substituiu a produção doméstica e deu um “golpe de morte na industrialização”.

— O Brasil se desindustrializou sob o ímpeto dessa política, paradoxalmente comandada por um ex-operário industrial.

Serra explicou que, no mesmo período, o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, que é a conta do Brasil com o exterior, come-

çou a crescer rapidamente. O senador também citou o aumento da carga tributária, do gasto público e da rigidez fiscal como medidas negativas que marcaram a política econômica brasileira até 2010.

### Infraestrutura

Ele afirmou que, na época, o Brasil era um dos cinco países do mundo que menos investiam em infraestrutura e frisou que o investimento é essencial para poder atrair parceria privada, diminuir o custo Brasil e gerar crescimento e aumento de produtividade no país.

O senador disse que o inves-

timento em infraestrutura no governo Dilma continuou “lá embaixo” e lamentou o fato de a presidente ter seguido os mesmos erros de Lula.

— Temos hoje pela frente, neste ano, estagnação, desemprego, queda de salários, inflação teimosa, aperto externo e juros siderais. Em cima disso, quer-se aumentar os juros, cortar gastos, eliminar benefícios sociais. O ajuste vai aprofundar o desajuste. É uma questão de tempo.

Serra também criticou o governo Dilma em áreas como saúde, educação e combate às drogas.



Serra em discurso ontem: país enfrenta crise de difícil solução, disse senador

### Pronunciamento é elogiado por senadores

Dezenas de senadores parabenizaram o pronunciamento de José Serra. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) afirmou que o Senado carecia da qualificação das informações expostas pelo senador e concordou que a crise da desindustrialização vivenciada no país é resultado de opções políticas e econômicas equivocadas.

José Agripino (DEM-RN) classificou como “críveis e corajosos” os argumentos expostos por Serra. Para Agripino, a revisão nas tarifas de energia vai ser um componente a mais para alimentar a recessão. Já Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) chamou o ajuste feito pela presidente Dilma Rousseff de “neoliberal rasteiro” porque não vem conectado com medidas de política econômica e

reformulações na política comercial. Por esse motivo, segundo o senador, o governo continuará encontrando dificuldade para aprovar as medidas de ajuste fiscal.

— Ajuste fiscal pura e simplesmente, sem perspectiva do que fazer em seguida ou do que fazer concomitantemente; um ajuste fiscal em que a política fiscal vai de um lado e a política monetária vai de outro não fica de pé, não se sustenta economicamente e não se sustenta politicamente — disse Aloysio.

Para Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), a equipe econômica do governo precisa ter a sensibilidade de ouvir a contribuição de Serra no que diz respeito à economia, embora ele seja um opositor na política.

### Vanessa diz que juros eram mais altos com FHC

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) rebateu a crítica de José Serra aos juros altos. Ela afirmou que, no governo Dilma Rousseff, a taxa de juros está entre 10% a 12% ao ano, enquanto na gestão de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, passava dos 25%.

Além disso, no governo FHC, disse, a dívida pública líquida do Brasil superava os 64% do produto interno bruto, mas é de apenas 33% na gestão de Dilma, quase a metade do que era no governo do PSDB. Para a senadora, o debate é importante, mas deve ser coerente e ter por base a realidade.

Ela reconheceu que o Brasil vive uma crise, mas lamentou que existam



grupos que parecem querer que a crise se prolongue e gere um caos no país.

Vanessa disse que as forças democráticas e progressistas devem se mobilizar, tendo por base bandeiras que promovam a unidade

do povo em defesa do país, da democracia e do desenvolvimento. Citou três dessas bandeiras defendidas pelo PT:

— Em primeiro lugar, a defesa intransigente da democracia, que hoje se reveste da defesa do mandato da presidenta Dilma; o segundo é o combate à corrupção, ligado à proposta do fim do financiamento empresarial das campanhas; e, por fim, a defesa da Petrobras.

Em reunião com líderes de partidos aliados, a presidente prometeu antecipar medidas provisórias e projetos a serem propostos pelo governo

# Dilma discutirá com a base novas medidas do governo, diz Humberto

A PRESIDENTE DA República, Dilma Rousseff, assumiu compromisso de discutir com os líderes da base aliada no Congresso todas as futuras propostas do governo para medidas provisórias, projetos de lei e até normas que não precisem ser convertidas em lei — exceto as que tenham impacto imediato sobre o mercado. A informação é do líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), após reunião com a presidente ontem.

Na reunião, no Palácio do Planalto, Dilma apresentou as razões para as medidas de ajuste fiscal apresentadas ao Congresso e também indicou novas ações que serão adotadas para a retomada do crescimento e a ampliação das políticas sociais.

Segundo Humberto, a presidente mencionou, entre outras iniciativas, um plano de estímulo à exportação, projetos na

área educacional, o Programa Mais Especialidades (na área da saúde) e nova etapa no Minha Casa, Minha Vida.

Humberto informou que o projeto do governo que substitui a Medida Provisória 669/2015, devolvida terça-feira pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, tem o mesmo teor da MP. O objetivo é reduzir a concessão de isenções a empresas (*leia texto abaixo*).

— As medidas estão corretas, não se está eliminando o estímulo que foi dado. O governo abriu mão de R\$ 25 bilhões da receita e, com a medida, quer recuperar R\$ 12 bilhões. Portanto, ainda é uma grande vantagem. Essa é uma discussão que precisa ser feita aqui, para que os parlamentares entendam que estamos fazendo ajuste, uma transição para retomar o crescimento.

Sobre a votação da MP 664/2014, que muda as regras

para a concessão de pensão por morte, e a MP 665/2014, que altera normas do seguro-desemprego, o líder do PT avalia que sejam aprovadas com aperfeiçoamentos do Congresso.

Questionado por jornalistas, Humberto também falou sobre a lista entregue pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ao Supremo Tribunal Federal (STF), com pedidos para investigação de políticos suspeitos de envolvimento no esquema de corrupção na Petrobras.

— Essa é uma decisão que cabe ao Supremo Tribunal Federal. O mais importante é que todos saibam que essa lista representa apenas um pedido de investigação, não é sequer um processo ainda. Serão inquéritos abertos pela primeira vez. Muita gente vai conhecer o que é que existe contra si e poder se defender.

## Propostas de ajuste

-  Redução da desoneração da folha de pagamento a diversos setores da economia
-  Revisão da meta de superávit primário para 2014 e 2015
-  Diminuição dos subsídios a empréstimos do BNDES a indústrias por meio do Programa de Sustentação do Investimento (PSI)
-  Medidas provisórias 664 e 665/2014, que incluem novas regras para a concessão de pensão por morte, seguro-desemprego e abono salarial
-  Revisão dos subsídios à energia
-  Reajuste das Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) sobre os combustíveis
-  Aumento da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em operações de crédito ao consumidor
-  Elevação das alíquotas de PIS-Pasep e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a importação
-  Redução de estímulos do Programa Reintegra que beneficiavam a indústria e os exportadores brasileiros, em razão do atual câmbio favorável às exportações
-  Gasto do governo 33% menor que o autorizado até que se aprove o Orçamento
-  Análise de restos a pagar. Segundo o senador, R\$ 140 bilhões estão sendo analisados e discutidos com os estados. A intenção é priorizar obras e investimentos para a recuperação da economia



Para Humberto Costa, aprovação das medidas é importante para mostrar aos investidores esforço de ajuste fiscal do país

## Líder do PT afirma que proposta não causaria prejuízo para empresas

Em Plenário, Humberto Costa defendeu o texto da MP 669/2015 e lembrou que o governo abriu mão de R\$ 25 bilhões ao permitir que diversos setores pagassem contribuições sociais sobre o faturamento, e não sobre a folha de pagamento.

As mudanças contidas na MP, explicou, reduzem esses benefícios, mas não geram prejuízos para as empresas, já que elas poderão optar por voltar a pagar impostos sobre a folha de pagamento.

O senador contestou acusações da oposição de que a presidente Dilma teria cometido “estelionato eleitoral” e omitido que adotaria medidas duras para equilibrar a economia e controlar a inflação. Segundo ele, a presidente deixou claro durante a campanha que faria tudo o que fosse preciso para resolver esses problemas.

O parlamentar também elencou o esforço fiscal que tem sido feito pelo governo. As medidas incluem a diminuição de subsídios para a indústria e para a energia, o reajuste de contribuições sobre os combustíveis e a redução da meta de superávit primário para 2014 e 2015.

Para ele, a aprovação dessas propostas é importante como um sinal para investidores internacionais.

— É importante que nós aproveemos essas medidas para dar uma sinalização aos investidores internacionais, à grande liquidez de recursos que há internacionalmente, que podem vir pra cá, mas só virão se a economia estiver equilibrada, a inflação absolutamente domada e o governo estiver na condição de fazer a sua parte dos investimentos — argumentou.

## Cristovam elogia decisão de Renan e diz que Dilma deve assumir culpa e dialogar

Cristovam Buarque (PDT-DF) elogiou a decisão de Renan Calheiros e sugeriu que o presidente do Senado deveria despertar a Casa para a gravidade do momento, para que os parlamentares deixem a passividade e assumam uma postura de enfrentamento da crise, com proposições.

Porém, para isso, disse o senador, a presidente da República, Dilma Rousseff, tem de fazer sua parte e assumir que a crise atual decorre de seus próprios erros, sem responsabilizar ex-presidentes e reconhecendo que adota medidas diferentes das promessas da campanha eleitoral.

— Se a presidente fizer isso, ela começa a criar as condições para convocar para um diálogo nacional.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Todos sabem que a culpa é dela, do seu governo, mas o problema é de todos nós. O problema é do Brasil, a culpa é do governo. É convocando as

lideranças críticas que encontraremos um caminho que permita a nós todos sairmos do buraco — afirmou.

Cristovam afirmou que agora é hora de tomar medidas, mas a falta de liderança política, intelectual e ética impede o surgimento de decisões acertadas.

Ele criticou, por exemplo, a retirada de direitos trabalhistas, quando o certo seria substituir os atuais direitos por outros mais adequados aos novos tempos, como a capacitação de trabalhadores desempregados para que possam mudar de profissão.

## Lasier quer rigor com acolhimento de MPs no Senado

Lasier Martins (PDT-RS) conclamou a Mesa do Senado a decidir mais rigorosamente a respeito do acolhimento de medidas provisórias (MPs).

— Quero pedir que a Mesa seja mais criteriosa, aceitando apenas o real cabimento em circunstâncias de relevância e urgência, o que não tem acontecido — disse.

Ele comentava a decisão do presidente do Senado, Renan Calheiros, de devolver ao Executivo a MP 669/2015, que aumentaria impostos.

— Isso é coisa raríssima nesta Casa. Sempre ouvi críticas pelo excesso de MPs.

## Ataídes critica redução de famílias com tarifa social

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) lamentou a decisão do governo de excluir 5 milhões de famílias do benefício da tarifa social, que cobra menos pela energia.

Para ele, a decisão vem num momento de crise econômica e quem vai pagar a conta é o povo, especialmente os mais pobres.

— Famílias de baixa renda compraram fogão, micro-ondas e outros equipamentos. Na maioria dos casos, os utensílios foram adquiridos em 24 meses. E agora o governo decide excluir essas famílias do desconto na luz. O povo não aguenta mais.

## Capiberibe celebra ligação de Macapá a sistema nacional

João Capiberibe (PSB-AP) comemorou a interligação do Linhão de Tucuruí ao Sistema Nacional de Energia. Ele lembrou que tudo começou em 2008, com o edital do leilão, e disse que, graças à intervenção da então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, e ao ex-governador Camilo Capiberibe, Macapá foi incluída no trajeto do Linhão Tucuruí-Manaus, o que interligou a capital do Amapá ao Sistema Nacional de Energia.

O senador destacou que a obra é importante para o desenvolvimento do estado e também do país.



Moreira Mariz/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

# CPI investigará assassinatos de jovens

Aumento da taxa de homicídio nessa faixa etária motiva investigação proposta por Lídice da Mata, que frisa componente racial da violência

REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o assassinato de jovens no Brasil foi lido na sessão de ontem do Senado. Pelo requerimento (RQS 115/2015), que recebeu o apoio de 28 senadores, a comissão vai funcionar por até 180 dias. Serão 11 membros titulares e 7 suplentes.

— Essa investigação é uma reivindicação de todo o movimento de juventude do Brasil — disse Lídice da Mata (PSB-BA), autora do pedido.

Na justificativa do requerimento, a senadora cita uma pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) que mostra que mais de 42 mil adolescentes, de 12 a 18 anos, poderão ser vítimas de homicídio nos municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes entre os anos de 2013 e 2019. Isso significa que, para cada grupo de 1.000 pessoas com



Autora do requerimento para criação da comissão, Lídice diz que essa era uma reivindicação do movimento jovem do país

12 anos completos em 2012, 3,32 correm o risco de serem assassinadas antes dos 19 anos de idade. A taxa representa um aumento de 17% em relação a 2011.

A questão racial é um elemento importante quando o assunto é violência contra jovens. Em relação ao perfil dos adolescentes com maior vulnerabilidade, aponta Lídi-

ce, o estudo do Unicef revela que a possibilidade de jovens negros serem assassinados é quase três vezes maior do que a dos brancos.

Além disso, adolescentes do sexo masculino têm um risco quase 12 vezes maior que o das meninas. A senadora também registra, com base em pesquisa do IBGE, que negros são mais agredidos por policiais do que brancos. Entre os jovens que declararam ter sofrido agressão, 6,5% dos negros informaram que os agressores eram policiais ou seguranças privados. Entre os brancos, apenas 3,7% dos agredidos deram a mesma resposta.

## Juventude negra é maior vítima, diz Lídice

Para Lídice da Mata, o Senado precisa urgentemente averiguar as condições em que os assassinatos acontecem e quais as razões da violência. Ela acrescenta ainda que é preciso compreender o comportamento do Estado brasileiro, mais especificamente dos órgãos responsáveis pelas políticas

de segurança pública, no tocante à apuração e aos mecanismos de responsabilização dos agentes públicos.

A senadora disse que a intenção inicial era propor a investigação dos assassinatos de jovens negros, mas outros partidos pediram que o alcance se desse sobre a população jovem em geral. Para ela, há

um racismo institucional no Brasil, que faz com que os jovens negros sejam mais vítimas de assassinatos e tenham menos oportunidades sociais.

Ontem, a Câmara dos Deputados confirmou a criação de uma CPI semelhante à do Senado para apurar especificamente a violência contra jovens negros.

## Vai a sanção pena de até 30 anos para feminicídio

Foi encaminhado ontem à sanção presidencial o projeto de lei do Senado que considera o feminicídio circunstância agravante do crime de homicídio. O assassinato de mulheres motivado por razões de gênero será considerado hediondo e poderá ser punido com reclusão de até 30 anos.

A proposta (PLS 292/2013), aprovada pela Câmara dos Deputados na terça-feira, altera o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940). Pelo texto, o feminicídio é definido como o assassinato que envolver vio-

lência doméstica ou familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Ainda conforme a proposta, a pena é aumentada de um terço até a metade se o crime for praticado durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto. O mesmo acréscimo é previsto quando o crime for cometido contra menor de 14 anos, maior de 60 ou pessoa com deficiência.

Outra circunstância agravante é a presença de descendentes ou ascendentes da vítima durante o crime.

O texto aprovado também inclui o feminicídio no rol de crimes hediondos, constante da Lei 8.072/1990. Nesse caso, o condenado tem de cumprir um período maior da pena no regime fechado para pedir a progressão ao semiaberto ou aberto.

### CPI mista

O projeto resultou de recomendação da Comissão Parlamentar Mista (CPMI) da Violência contra a Mulher, que concluiu as atividades em junho de 2013.

De acordo com o relatório final, elaborado pela então senadora Ana Rita, “a curva ascendente” de feminicídios requer urgentes mudanças legais e culturais na sociedade.

Mais de 92 mil mulheres foram assassinadas no Brasil nos últimos 30 anos, 43 mil delas só na última década. A maioria dos crimes, segundo o relatório da CPMI, é praticada por parceiros íntimos.

A sanção do projeto poderá ocorrer até o próximo dia 8, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher.

## Amorim alerta para o aumento da criminalidade

O senador Eduardo Amorim (PSC-SE) chamou a atenção para o aumento contínuo



da insegurança no Brasil, com mais de 50 mil assassinatos por ano. Esse número, ressaltou, coloca o país na contramão da tendência mundial de redução desse tipo de crime, segundo a ONU.

Amorim disse que Aracaju, capital de Sergipe, foi apontada como a 40ª cidade mais violenta do mundo em ranking elaborado pela ONG mexicana Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Penal.

Ele atribuiu a violência no estado à banalização da morte, ao tráfico de drogas, à facilidade de acesso de bandidos a armamentos pesados e à falta de investimentos em segurança pública.

## Bezerra defende isonomia salarial para as mulheres

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) apresentou projeto que obriga as empresas a



pagarem salários iguais a homens e mulheres que exerçam as mesmas funções, punindo com multa a desigualdade salarial por questões de gênero.

O senador disse que as distorções salariais chegam a uma diferença média superior a 20% no Brasil e que o projeto foi um compromisso de campanha.

Bezerra ressaltou que as estatísticas mostram que 36% das mulheres comandam os lares onde vivem, razão a mais para que não ganhem menos do que os homens. Para ele, as disparidades salariais são uma violência contra a mulher que precisa acabar no Brasil.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Coordenação de Cobertura:** Nelson Oliveira  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Serviço de Portal de Notícias:** Rodrigo Chia  
**Coordenação de Edição:** Silvío Burle  
**Coordenação de Multimídia:** James Gama  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana  
**Edição:** Marina Domingos e Ricardo Westin  
**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura  
**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão  
**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Comissão debate revisão de direitos trabalhistas e previdenciários

Na Comissão de Direitos Humanos, o ano começa com audiência pública para discutir recentes mudanças feitas por medidas provisórias

AS RODADAS DE audiências públicas da Comissão de Direitos Humanos (CDH) serão abertas hoje, às 9h, com um debate sobre as mudanças na legislação trabalhista e previdenciária feitas pelas Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665, de 2014. A iniciativa da discussão foi de Paulo Paim (PT-RS), recém-eleito para o terceiro mandato como presidente da comissão.

Neste primeiro momento, serão ouvidos representantes do meio sindical e classista: a presidente do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Zenaide Honório; o presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais, Carlos Alberto Schmitt de Azevedo; o presidente do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Celso Napolitano; e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) — Regional DF, Ibaneis Rocha.

Posteriormente, o assunto será debatido com os ministros do Trabalho e da Previdência.

A renovação do mandato de João Capiberibe (PSB-AP) como vice-presidente da CDH (biênio 2015–2016) também deve acontecer hoje. O parlamentar exerceu a função entre 2013 e 2014, acumulada com a presidência

da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça. É provável que o socialista continue no comando dessa subcomissão, vinculada à CDH e criada em 2013 para esclarecer as violações de direitos humanos entre 1946 e 1988 no Brasil.

Esses acertos foram feitos ontem, quando Capiberibe reivindicou a continuidade da subcomissão para acompanhar os desdobramentos da investigação a cargo da Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça.

— Uma série de violações

aos direitos humanos foi citada no relatório final da Comissão Nacional da Verdade. A subcomissão vai trabalhar no sentido de buscar reparação e justiça para quem sofreu crimes contra os direitos humanos — explicou o senador.



Paim, que assumiu pela terceira vez o colegiado, também quer discutir com os Ministérios do Trabalho e da Previdência

## Randolfe apoia revisão da Lei da Anistia

A permanência da Subcomissão da Verdade foi apoiada por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), autor do PLS 237/2013, que recomenda a revisão da Lei da Anistia (Lei 6.683/1979). A proposta, aprovada pela CDH, está na Comissão de Relações

Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

— A Comissão Nacional da Verdade concluiu o processo de transição política para a democracia no Brasil. Mas muitas coisas precisam ser feitas, entre elas acatar uma das sugestões do relatório

desta comissão, que é o Brasil não ter mais em seu ordenamento jurídico uma lei que aceita o perdão à tortura quando todas as convenções de direitos humanos já entendem que tortura é crime inafiançável e imprescritível — argumentou Randolfe.

## Delcídio presidirá Comissão de Assuntos Econômicos

O PT decidiu pela indicação de Delcídio do Amaral (PT-MS) para comandar a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no biênio 2015–2016. Ele já ocupou o cargo em 2011 e 2012. Gleisi Hoffmann (PR), também cogitada para o posto, deve ficar com a vice-presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A solução foi anunciada ontem pelo líder do PT, Humberto Costa (PE), após reunião da bancada.

Segundo o senador, Delcídio e Gleisi conversaram e decidiram apresentar a proposta referendada pelo partido. Com

a questão resolvida, disse o líder, a CAE deverá fazer a primeira reunião na próxima terça-feira.

A indicação de Delcídio, assim como a do vice-presidente da CAE, que deve ser do PMDB, ainda passará por eleição interna no colegiado. A distribuição dos cargos, porém, já foi acordada por todos os partidos.

Humberto negou qualquer dificuldade para definir os nomes em função de eventual divulgação de lista de parlamentares a serem investigados como parte da Operação Lava-Jato.



Delcídio volta a assumir o comando da CAE, a qual presidiu em 2011 e em 2012

## Crime de conspiração poderá ser inserido no Código Penal

Projeto de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) que altera o Código Penal para tipificar o crime de conspiração está pronto para entrar na pauta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O PLS 43/2015 estabelece que, quando duas ou mais pessoas conspirarem para a

prática de crime doloso contra a vida, a pena deverá ser a mesma do crime conspirado reduzida de dois terços.

De acordo com o texto, “a cogitação” não é passível de punição, mas, depois de iniciada a execução do delito, o agente deve responder pelos atos praticados.

No Brasil não há lei específica sobre o assunto. Quando três ou mais pessoas se unem para cometer um crime, existe a possibilidade de enquadramento como associação criminosa (artigo 288 do Código Penal).

Randolfe ressalta que há casos em que é plenamente

justificável o Estado não esperar que o plano seja posto em prática para punir a tentativa.

“Exemplo frequente que ocorre em nosso falido sistema penitenciário é o de ordens dadas por criminosos de dentro de sistemas prisionais para a execução sumária de agentes públicos, como

juízes, promotores de justiça, policiais e também cidadãos”, diz o senador na justificativa do projeto.

O parlamentar lembra que, hoje, se o intento for frustrado pela ação da polícia, que intercepta a comunicação, o fato não é punível, embora tenha havido dano à paz pública.



Paulo Bauer será titular da Comissão de Relações Exteriores

## Bauer espera ajudar país a conquistar novos mercados

Paulo Bauer (PSDB-SC) saudou o entendimento entre as lideranças partidárias para a designação de membros das comissões técnicas do Senado. O senador foi indicado para integrar as Comissões de Relações Exteriores (CRE) — que será presidida pelo também tucano Aloysio Nunes Ferreira (SP) — e a Comissão de Infraestrutura (CI).

Bauer ressaltou que mais de 25 mil proposições tramitavam no Senado no fim do ano passado. Segundo ele, essas matérias têm que ser votadas no menor prazo, visto que a sociedade brasileira exige avanços, fiscalização e eficiência maior do Executivo, a partir de ações efetivas do Legislativo.

Bauer disse que a CRE deverá buscar esclarecimentos sobre o escândalo de corrupção na Petrobras e debater temas como a presença do Brasil no Mercosul. Lamentavelmente, disse o senador, o Brasil não consegue avançar nos mercados internacionais e estabelecer novas negociações por conta de impedimentos que sua presença no bloco comercial provoca.

— Hoje, as crises e dificuldades econômicas, por exemplo, vivenciadas pela Argentina impedem o Brasil de avançar no mercado externo, de exportar mais, de alcançar novos mercados em novos países. Por isso, vai ser muito trabalhoso e de grande importância a ação que vamos ter que desenvolver na comissão. Sem deixar de falar de outras coisas, como as questões que hoje preocupam a sociedade com relação aos negócios que a Petrobras fez no mundo inteiro.

Ana Amélia, Davi Alcolumbre e Romário vão presidir CRA, CDR e CE até o final de 2016. Na terça-feira, outros três colegiados já haviam definido os novos dirigentes

# Mais três comissões escolhem os presidentes

TRÊS COMISSÕES PERMANENTES definiram ontem os presidentes para o biênio 2015–2016. Com isso, já são seis as comissões que formalizaram as escolhas anunciadas, na semana passada, após acordo de lideranças.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) elegeu Ana Amélia (PP-RS) como presidente e Acir Gurcacz (PDT-RO) como vice. A senadora anunciou para a próxima semana uma

audiência pública sobre a situação dos caminhoneiros, que promovem protestos em várias regiões do país. A CRA também deve fazer debates, em diferentes cidades, sobre temas como sustentabilidade, sistemas de armazenamento e reforma agrária.

Na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), o novo presidente, Davi Alcolumbre (DEM-AP), disse que, como primeira ação,

buscará a liberação dos recursos de fundos regionais, contingenciados pelo ajuste fiscal.

Por fim, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) escolheu Romário (PSB-RJ) para comandar os trabalhos no biênio, com Fátima Bezerra (PT-RN) na vice-presidência. Ele anunciou prioridade a nove temas, que vão do atendimento às crianças e jovens com necessidades especiais ao

endividamento dos clubes de futebol.

Na terça-feira já haviam sido eleitos os presidentes das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), Cristovam Buarque (PDT-DF); de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Paulo Paim (PT-RS); e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Otto Alencar (PSD-BA).



Flexa Ribeiro conversa com Ana Amélia, que, na primeira reunião da CRA, aprovou ciclo de palestras para o biênio



Ao lado de Valadares (D), antecessor no cargo, Alcolumbre anuncia reunião para tentar liberar recursos de fundos regionais



Observado por João Alberto Souza (D), Romário ressalta a importância do esporte para dar alternativas aos jovens

## Ana Amélia aprova debate sobre caminhoneiros

Logo depois de escolhida para presidir a CRA, a senadora Ana Amélia realizou a primeira sessão deliberativa da comissão, que aprovou três requerimentos para audiências públicas. Entre elas, uma sobre o movimento dos caminhoneiros, tema destacado como prioritário por todos os senadores presentes.

Waldemir Moka (PMDB-MS) e Blairo Maggi (PR-MT), por exemplo, propuseram o requerimento para o debate. Para Moka, o assunto é muito complexo porque envolve várias questões, como o frete, que diminuiu devido ao aumento do número de caminhões, e o aumento do valor do óleo diesel e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), entre outros.

Blairo trouxe também a questão dos pedágios nas estradas, que podem aumentar e prejudicar ainda mais os caminhoneiros. Segundo ele, os concessionários das rodovias criticam lei sancionada pela presidente Dilma Rousseff que autorizou a tolerância de 10% sobre os limites de peso bruto transmitido por eixo de veículos que circulam nessas vias, o que pode reduzir as multas sobre os caminhoneiros.

A audiência pública está marcada para 12 de março, às 8h, e deverá ter a presença do ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Miguel Rosseto; do presidente da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária, João Martins da Silva Júnior; do presidente da Organização das Cooperativas do Brasil, Márcio Lopes; e de representantes do movimento dos caminhoneiros.

### Ciclo de palestras

Outro requerimento aprovado, da senadora Ana Amélia, prevê a realização de um ciclo de palestras, ao longo dos próximos dois anos, com temas como sustentabilidade do meio rural, logística de transporte, sistema de armazenamento, proteção do meio ambiente e reforma agrária. As palestras vão acontecer às sextas-feiras, às 14h, e devem ser feitas em vários estados do país.

A primeira palestra vai discutir a questão do empacamento de máquinas agrícolas na sexta-feira da semana que vem, na cidade de Não-me-Toque (RS), onde acontece a Expodireto Cotrijal, uma feira de expositores de produtos do mercado agrícola.

## Meta inicial de Alcolumbre é liberar verbas de fundos

Eleito presidente da CDR, o senador Davi Alcolumbre destacou que sua escolha foi fruto de um amplo acordo entre os partidos. Ele agradeceu ao líder da legenda, Ronaldo Caiado (GO), pela indicação.

O novo presidente da CDR — a comissão ainda não escolheu o vice — disse que sua primeira ação será buscar a liberação dos recursos dos fundos regionais, como o da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), hoje contingenciados pelo ajuste fiscal.

— Semana que vem faremos uma reunião. É preciso que a liberação seja feita de forma mais racional e célere. Não é justo que esses recursos, fruto do trabalho de milhões de brasileiros, estejam contingenciados.

O senador também disse considerar essencial ter um diálogo “o mais construtivo e produtivo possível” com os órgãos do governo federal.

— Temos que ter uma atitude proativa e levar nossas propostas para as agências reguladoras, os bancos de desenvolvimento regional e ministérios como os da Integração Nacional, das Cidades e do Turismo. Especialmente este último, que tem um potencial efetivo de geração de renda e emprego.

### Recursos federais

Alcolumbre também listou entre suas prioridades trabalhar por uma melhor repartição dos recursos federais, lembrando que “o governo federal centraliza 70% dos recursos e os prefeitos ficam de pires na mão”. Também prometeu buscar a melhoria da infraestrutura do Parque Nacional do Tumucumaque.

— O Amapá tem um terço do território formado por reservas florestais, o maior parque do mundo, enquanto as populações desta região sofrem com a ausência do Estado. Cadê a estrada que prometeram e até agora nada? É preciso compensações para a população desta região, devido às restrições para a agricultura e a não construção de novos assentamentos — afirma Davi Alcolumbre.

Na reunião de ontem, o antecessor na presidência, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), defendeu a manutenção da realização de audiências públicas e diligências nos estados, prática por ele adotada e que teria, entre outros frutos, trazido uma melhor articulação na construção e nas reformas dos aeroportos nas cidades-sede da Copa do Mundo.

## Romário destaca a educação no combate à desigualdade

O novo presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Romário, anunciou que vai trabalhar nos próximos dois anos baseado em grandes desafios, que vão do atendimento às crianças e jovens com necessidades especiais ao problema do endividamento dos times de futebol. O senador do PSB disse ser claro que a educação é o passaporte para um mundo mais igualitário.

— Ninguém duvida que investir em educação é o caminho para transformar o nosso país, trazendo mais desenvolvimento, justiça social e cidadania

Romário lembrou que a CE aprovou recentemente o Plano Nacional de Educação (PNE), com metas de investimentos de 10% do PIB na área. Ele acredita, no entanto, que a lei é apenas um primeiro passo.

— Um dos temas que me preocupam, por meu vínculo à causa, é a universalização do acesso à educação básica e ao atendimento especializado à população de 4 a 17 anos com características especiais. Isso requer uma transformação no nosso sistema de ensino, que precisa ficar mais inclusivo.

### Olimpíadas 2016

O senador destacou a importância que o esporte teve em sua vida e defendeu que a CE acompanhe os preparativos das Olimpíadas e dos Jogos Paralímpicos no Rio de Janeiro, marcados para 2016.

— Da Comunidade do Jacarezinho à presidência dessa comissão, foi o esporte que me deu todas as oportunidades. Existem muitos exemplos como eu, mas existem outros milhares de talentos desperdiçados e vidas perdidas para a violência e as drogas porque faltou acesso ao esporte — disse.

Romário informou que outra das suas prioridades será a avaliação do Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Procultura), já aprovado na Câmara dos Deputados e que aguarda análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Eleita vice-presidente do colegiado, a senadora Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou que pretende dar continuidade à luta pela defesa da educação. Ex-ministro da Educação e ex-reitor da Universidade de Brasília, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) acredita que o prestígio de Romário, principalmente entre os mais jovens, poderá levar a Comissão de Educação a um patamar de mais destaque.